

RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.230 - RS (2019/0034097-7)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : MARCELO RUGERI GRAZZIOTIN
ADVOGADO : MARCELO RUGERI GRAZZIOTIN (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS027486
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL
PROCURADORES : VICTORIO GIORDANO DA COSTA - RS028806
ELENITA PAULINA SASSO E OUTRO(S) - RS031865
JANAINA LUCIA BATTASSINI - RS059984
RECORRIDO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL
ADVOGADOS : ELENITA PAULINA SASSO E OUTRO(S) - RS031865
MICHEL DO LAGO AMARO - RS072301
AUGUSTO REIS BALLARDIM - RS094093
INTERES. : LOLY LUCIANO DE MELLO
ADVOGADO : MARCELO RUGERI GRAZZIOTIN E OUTRO(S) - RS027486

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA SUCUMBENTE. ARBITRAMENTO POR EQUIDADE. BASE DE CALCULO QUE PODE SER VALOR DA CAUSA, VALOR DA CONDENAÇÃO OU VALOR FIXO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. ACÓRDÃO QUE REGISTROU A OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS LEGAIS DE FIXAÇÃO DA VERBA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Marcelo Rugeri Grazziotin, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da CF de 1988, contra acórdão proferido pela Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 276-291, e-STJ):

APELAÇÕES CÍVEIS. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. TRÂNSITO EM JULGADO. AÇÃO ANULATÓRIA. ART. 486 DO CPC/73. DESCABIMENTO.

1. A decisão que condenou o ente público ao pagamento da complementação de aposentadoria correspondente a 1/4 dos proventos transitou em julgado, havendo ampla discussão acerca do mérito, inclusive em embargos de devedor.

2. A correção do erro material, por sua vez, ocorrida na fase de conhecimento, não acarretou qualquer nulidade, uma vez intimado o Município sobre o acolhimento do pedido formulado pela parte autora.

3. O provimento judicial de natureza condenatória, apto à formação da coisa julgada material, não comporta anulação com base no art. 486 do CPC/73.

NEGARAM PROVIMENTO ÀS APELAÇÕES.

Opostos os embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos com efeitos modificativos, assim ementado (fls. 276-291, e-STJ):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÕES CÍVEIS. SERVIDOR

PÚBLICO. MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. TRÂNSITO EM JULGADO. AÇÃO ANULATÓRIA. DESCABIMENTO. OMISSÕES EXISTENTES QUANTO À RETIFICAÇÃO DO VALOR DA CAUSA E À FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA RECURSAL.

1. ED nº 70073397358: são restritas as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, somente oponíveis quando presente omissão, obscuridade, contradição ou erro material, ainda que a pretensão esteja limitada ao questionamento, observado o disposto no art. 1.022 do CPC/2015. Inexistência das omissões apontadas.

2. ED nº 70073332454: com relação ao reconhecimento da litigância de má-fé do IPAM, não se encontram configuradas as situações do art. 80 do CPC/2015, pois o exercício do direito de ação, ipso facto, não caracteriza má-fé, ainda que reconhecido o descabimento da via eleita pelos demandantes.

3. Conforme consolidada jurisprudência, o valor da causa deve corresponder ao proveito econômico pretendido com o ajuizamento da lide. Necessidade de retificação do valor da causa, a fim de que compreenda o ressarcimento ao erário do valor, de R\$ 1.565.552,25 e a pretensão de suspender a inscrição em precatório do valor de R\$ 961.346,17.

4. Honorários recursais fixados consoante redação do art. 85, parágrafo 2º, do CPC/2015, observado o princípio da moderação, considerando que o arbitramento é efetuado contra a Fazenda Pública.

REJEITARAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO IPAM E ACOLHERAM PARCIALMENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA RÉ, COM EFEITOS MODIFICATIVOS.

No apelo especial, a recorrente alega violação do artigo art. 85, §§ 1º ao 19º, do CPC/2015, argumentando, em síntese, que o valor da causa atinge o montante de R\$ 2.526.898,42 (dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e dois centavos), porém os honorários foram fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais), valor que não condiz com o trabalho realizado pelo Advogado da apelada, considerando que tal valor representa percentual irrisório (0,04%), se comparado ao valor atribuído à causa, desmerecendo o significativo zelo e esmero do causídico na produção das peças processuais.

Ao final, requer o provimento do recurso para que seja reformada a decisão recorrida no ponto atacado, majorando os honorários advocatícios.

Contrarrazões apresentadas às fls. 371-375, e-STJ.

Decisão de admissibilidade às fls. 378-387, e-STJ.

É o relatório. Decido.

A insurgência não merece prosperar.

De início, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a prolação da sentença é o marco temporal para delimitar o regime jurídico aplicável à fixação de honorários advocatícios.

Confirmam-se os seguintes julgados (com grifos nossos):

HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. SENTENÇA ARBITRAL. LIMITES SUBJETIVOS. EFETIVO EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO. VERIFICAÇÃO. TEXTO FORMAL DA SENTENÇA. FORMALIDADES. ATENDIMENTO.

APOSTILAMENTO. CONVENÇÃO DE HAIA DE 1969. DECRETO 8.660 DE 29/01/2016. DOCUMENTO PÚBLICO. CONCEITO AMPLO. ASSINATURA, SELO E OU CARIMBO. AUTENTICIDADE. COMPROVAÇÃO. JUÍZO DE DELIBERAÇÃO. COMPETÊNCIA. STJ. EXAME DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR DA CAUSA. CONDENAÇÃO IMPOSTA NO ESTRANGEIRO. HONORÁRIOS. DIREITO INTERTEMPORAL. MARCO DEFINIDOR. PROLAÇÃO DA SENTENÇA.

[...]

9. O marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015 em relação aos honorários advocatícios é a data da prolação da sentença. Precedentes.

10. Sentença arbitral estrangeira homologada parcialmente. Processo extinto sem resolução de mérito em relação à requerida ILLUSION ACESSÓRIOS DE MODAS LTDA (SEC 14.385/EX, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, DJe 21/8/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DIREITO INTERTEMPORAL. REGIME JURÍDICO APLICÁVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a sentença é o marco para delimitação do regime jurídico aplicável à fixação de honorários advocatícios, revelando-se escorreito seu arbitramento, com fundamento no CPC de 1973, anteriormente à 18.03.2016.

III - *In casu*, rever o entendimento do Tribunal de origem, que reconheceu como adequado o valor fixado a título de honorários advocatícios, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

[...]

VI - Agravo Interno improvido (AgInt no REsp 1.731.770/MS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 15/8/2018).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DIREITO INTERTEMPORAL: ART. 20 DO CPC/1973 VS. ART. 85 DO CPC/2015. DEFINIÇÃO DA LEI APLICÁVEL. MOMENTO DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA QUANTO À VERBA HONORÁRIA INICIAL. SENTENÇA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. ACÓRDÃO PUBLICADO APÓS A VIGÊNCIA DO CPC/2015. REGIME APLICÁVEL AOS HONORÁRIOS: CPC/1973. PRECEDENTES. COMPENSAÇÃO DE

HONORÁRIOS. POSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE ART. 85, § 14, DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A **jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que a sentença é o marco temporal para delimitação do regime jurídico aplicável à fixação de honorários advocatícios. Assim, indiferente a data do ajuizamento da ação e a data do julgamento dos recursos correspondentes, a lei aplicável para a fixação da verba honorária é aquela vigente na data da sentença que a impõe (ou da primeira decisão que trata da verba honorária, caso seja acórdão).**

2. No presente caso, a sentença que fixou a verba honorária foi publicada em 01/04/2011 (e-STJ fl. 268) , ou seja, ainda na vigência do CPC/1973. O acórdão de apelação, por sua vez, foi proferido já na vigência do CPC/2015, tendo determinado a compensação da verba honorária em razão da sucumbência recíproca, nos termos do art. 21, caput, do CPC/1973. Desse modo, o regime aplicável para a fixação da verba honorária é aquele previsto no art. 20 e parágrafos do CPC/1973 e não o do art. 85 do CPC/2015, que teve sua vigência iniciada apenas em 18/03/2016. Precedentes.

3. Agravo interno não provido (AgInt nos EDcl no REsp 1.662.705/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14/8/2018).

In casu, tendo a sentença sido prolatada na vigência do CPC/1973, devem os honorários ser fixados nos moldes de seu art. 20.

Com efeito, consigno que é pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que, vencida a Fazenda Pública, para a fixação do *quantum* dos honorários advocatícios, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, utilizando-se do juízo de equidade e **podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou mesmo arbitrar valor fixo**, não ficando adstrito aos percentuais legalmente previstos. Tal posicionamento já foi firmado, inclusive, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (REsp 1.155.125/MG, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe de 6/4/2010).

Além do mais, é pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que, em regra, a revisão do valor fixado a título de honorários exige novo exame dos fatos e provas dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. É que, em geral, não cabe a esta Corte Superior rever o juízo de equidade aplicado pelo Tribunal de origem, o qual depende justamente das circunstâncias do caso concreto.

Tal obstáculo apenas pode ser afastado em situações excepcionais, quando se verificar excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não é a hipótese dos autos.

Na hipótese dos autos, ao fixar a verba honoraria, o Tribunal de origem expressou que (fl. 288, e-STJ):

[...]

Assim, diante do improvimento integral do recurso de apelação interposto pela parte autora, bem como da atuação do patrono da ré mediante o oferecimento de contrarrazões ao recurso (fls. 167- 174), deve ser fixada a verba honorária recursal.

Outrossim, incide quanto à verba honorária o disposto no art. art. 854, do CPC/2015, prevendo que os honorários serão devidos levando em conta o proveito econômico pretendido, que no caso atingiu R\$ 2.526.898,42, aplicando-se, quanto às causas contra a Fazenda Pública, os parâmetros do

parágrafo 3º do mesmo dispositivo.

Referidos critérios são aplicáveis mesmo em face de sentença extintiva sem resolução de mérito (parágrafo 6Q), como é o caso, em que foi reconhecida a inadequação da via eleita (fls. 120-122).

De outro lado, descabida a fixação da verba honorária segundo prevê o parágrafo 8º do art. 85 do CPC/2015, já que a causa não apresenta proveito econômico inestimável ou irrisório, nem mesmo lhe foi atribuído valor muito baixo.

Entretanto, conforme os critérios previstos no parágrafo 3º, inciso III, do art. 85 do CPC/2015, a verba honorária seria fixada no mínimo de 5 e máximo de 8% sobre o proveito econômico pretendido (R\$ 2.526.898,42, considerando o salário mínimo atual - R\$ 937,00 -, o que totaliza 2.696 salários mínimos), atingindo patamar incompatível com as diretrizes do parágrafo 2º do mesmo artigo, levando em conta a natureza e a importância da causa, bem como o tempo e trabalho utilizados pelo patrono da parte ré.

Portanto, fixo os honorários em R\$ 1.000,00, conforme as diretrizes do parágrafo 22 do art. 85 do CPC/2015, atendendo, ainda, ao princípio da moderação, já que o arbitramento é feito contra a Fazenda Pública.

[...]

Logo, é inviável a revisão do montante determinado pela Corte *a quo* (R\$ 1.000,00), visto que, nesta instância especial, é incabível um novo exame do juízo de equidade aplicado na origem, a fim de determinar o acerto ou não da medida, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido: AgRg no AREsp 29.214/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 15/6/2012; AgRg no AREsp 406111/RJ, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 1/12/2014; AgRg no AREsp 691518/RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 23/6/2015; AgRg no REsp 1539463/RS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 2/9/2015; AgRg no REsp 1415720/PI, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 7/10/2015.

Por fim, a Corte Especial, quando do julgamento do Agravo de Instrumento 1.409.571-SP, de relatoria do ilustre Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 6/5/2013, veio a confirmar o entendimento no sentido de que, para a fixação dos honorários advocatícios, não se deve levar em consideração "apenas e somente o valor da causa".

Por isso, o Tribunal de origem ao fixar os honorários advocatícios em valor fixo (R\$ 1.000,00) decidiu conforme a jurisprudência desta Corte, não merecendo ser reformada.

Ante o exposto, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator